

Legislação

Regularização ambiental e Reserva Legal

O GOVERNO evitou que entrasse em vigor, a partir do dia 11 de dezembro, o Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre a reserva legal, com previsão e multa em caso de descumprimento da obrigação de averbação da reserva obrigatória na propriedade rural. Com o objetivo de garantir a proteção ao meio ambiente, a partir dessa data, o proprietário rural que não cumprisse o dispositivo legal, sofreria multa diária de 50 a 500 reais por hectare ou fração da área a ser preservada.

O decreto presidencial foi considerado por diversos juristas, especialistas do direito ambiental e demais áreas do direito, como inconstitucional, tendo em vista que inova procedimentos e cria sanções, contrariando e, portanto, sendo infiel à sua lei de origem (Lei de Crimes Ambientais), a que deve total respeito, conforme preconiza o Artigo 84 da Constituição Federal.

Em 10 de dezembro de 2008, o presidente Lula alterou o Decreto 6.514, com o novo decreto (6.686), que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração dessas infrações. As mudanças não foram significativas.

Agora, com o Decreto 7.029, que trata da regularização ambiental e institui o Programa Mais Ambiente, publicado em 11 de dezembro de 2009, prorroga para 11 de junho de 2011 o prazo para averbação da reserva legal.

A norma também criou o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado Programa Mais Ambiente, e suspendeu a

cobrança de algumas multas decorrentes do uso de áreas de preservação permanente ou de reserva legal.

Com isso, governo e parlamentares ganham mais tempo para tomar decisões após o período eleitoral de 2010. Com isso, ficam livres de conflitos com os ambientalistas.

Já dos produtores rurais, se tiveram um prazo a mais para formalizar a regularização ambiental, o decreto cobra o Termo de Adesão e do Cadastro Ambiental

Rural, a ser firmado no prazo de 120 a 180 dias, entre o proprietário do imóvel ou possuidor rural (posseiro), e o Ministério do Meio Ambiente, com a definição da área do imóvel a ser demarcada como reserva legal e ou recuperada.

A definição e publicação das Normativas Operacionais do Programa Mais Ambiente e a regulamentação do Decreto 7.029, que deve formalizar os acordos extras em relação a certos artigos do Código Florestal, é prevista para o começo deste ano.

O cenário é de espera do novo prazo concedido e a expectativa de que o novo governo, juntamente com os novos parlamentares eleitos em 2010, aprove um Código Ambiental Brasileiro, formalizado com embasamentos técnicos e científicos.

De qualquer forma, a extensão da data para registro das áreas contribuirá nos debates e negociações para ajustar o Código Florestal, mas ainda há outros 153 artigos no Decreto 6.514 que estão em vigor. ■

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com a norma presidencial, o cancelamento de algumas multas está condicionado à adesão ao Programa Mais Ambiente, que, entre outros pontos, prevê o compromisso do produtor de recuperar as áreas de preservação permanente e averbar a reserva legal. Essa condição não agrada àqueles que defendem a prorrogação dos prazos até a aprovação de um novo Código Florestal e Ambiental.

O novo decreto prevê moratória de dois anos, até dezembro de 2011, aos produtores rurais que não recuperarem as áreas de preservação permanente (APPs) e de reservas legais. Depois disso, se sofrer alguma multa de fiscais ambientais, o infrator terá prazo adicional de quatro meses para aderir ao programa de regularização ambiental e anular a punição.

O governo batizou os próximos 18 meses de "período de educação ambiental", cujo principal instrumento será o Mais Ambiente. Nesse prazo, nenhum produtor poderá ser notificado por descumprir as normas legais. No segundo semestre de 2011, caso seja notificado, o produtor poderá apresentar um projeto de recomposição das áreas. Dessa forma, a notificação será automaticamente cancelada. A partir de 2012, ainda será possível apresentar, até abril, um projeto de recomposição das APPs e das reservas legais.

O governo também decidiu criar um comitê gestor para fiscalizar a adesão ao programa. O colegiado será composto por representantes dos Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, além de representantes da agricultura empresarial, de agricultores familiares e da Embrapa.

Entre os pontos na reforma do Código Florestal fazem parte a legislação para a compensação das reservas legais em bacias hidrográficas adjacentes, a consolidação de áreas de plantio de café, maçã e uva em APPs situadas em encostas e topos de morro, além da permissão para soma de APPs a áreas de reserva legal.